



Clon Brand

A carta de intenção do governo

O governo da União adiou por alguns dias a divulgação do seu programa de curto prazo, mas providenciou para que o seu conteúdo transparecesse, certamente no intuito de conhecer as reações dos agentes econômicos. Tal programação, que não passa de uma carta de intenção no plano nacional, tem a virtude de mostrar que não se pretende recorrer a fórmulas mágicas. Mas deixa bem claro que somente terá validade se o Congresso vier a aceitar uma boa parte da proposta de reforma tributária.

A carta de intenção nada tem de original (o que não constitui um defeito), mas revela certa ingenuidade. Ninguém pode discordar quanto ao fato de que o ajuste fiscal (que deve acrescentar ao aumento da arrecadação uma profunda redução dos gastos...) terá por efeito a redução da taxa de inflação, permitindo assim uma retomada do desenvolvimento, o que nos parece uma evidência indiscutível. O problema é saber se outras medidas sugeridas poderão contribuir para que a esperada queda da inflação não se verifique. Reajustar tarifas de acordo com os custos de cada setor faz parte de qualquer programa.

Ocorre que, ao examinar as planilhas de custos (que incluem o serviço da dívida de cada setor), o presidente da República em exercício, Itamar Franco, poderá chegar à conclusão de que as tarifas devem ser fixadas acima da inflação.

Já os reajustes do salário mínimo em intervalos menores não criarão dificuldades ao setor privado — a maioria das empresas já segue tal política —, mas poderá contribuir para agravar o déficit público, setor em que o peso do salário mínimo é o maior.

No que se refere à política monetária, pretende o governo manter taxas de juro reais, procurando, porém, atenuar o nível atual. O que somente será possível se houver nas contas públicas um superávit primário capaz de permitir redução da dívida interna. O governo pensa também em assegurar maior independência ao Banco Central, o que seria proveitoso, porquanto urge controlar as instituições oficiais de crédito que, até agora, vêm sendo fontes de emissão monetária. Na realidade, algumas contradições somente poderão ser resolvidas com a aprovação de uma profunda reforma fiscal...

ESTADO DE SÃO PAULO

19 NOV 1992